

Roberto Bocaccio Piscitelli*

Para os desavisados, é apenas uma crise, mais uma; para os acomodados e preguiçosos, uma consequência inevitável, um fenômeno incontornável da História moderna. Parece que perdemos não apenas a capacidade de agir, mas também a disposição para pensar.

O que se está passando com a economia brasileira é o recrudescimento dos sintomas de uma doença crônica, que não poupa nenhum dos chamados países emergentes, periodicamente apontados como "exemplos", "milagres" e outras fantasias que o sistema dominante trata de divulgar para obter o apoio interno, nesses países, através de suas oligarquias, às políticas traçadas para um mundo "global". Não se conhece efetivamente nenhum exemplo bem sucedido, por um prazo razoável, sequer no controle consistente da inflação. Todos os exemplos apontados nas últimas décadas são pífios, não duradouros, ou, então, situações em que as supostas vitrines desse modelo de capitalismo tiveram ou estão tendo de pagar um preço que várias gerações haverão ainda de suportar. Nenhum deles – que se saiba – logrou modificar suas estruturas internas de poder. Ou alguém ainda estará pensando na Argentina, "patinando" há anos, com um empobrecimento de sua classe média, expansão da pobreza, extrema dependência e verdadeira perda de soberania?

Na verdade, não há como melhorarmos ou nossas condições internas ou mesmo estabilizarmos a nossa economia num processo de inserção tão subordinada e incondicional assim às grandes potências, às corporações transnacionais e – sobretudo – ao capitalismo financeiro internacional. A não ser que nos submetamos a um processo crescente de exclusão e de dominação, de que só poderá resultar contínua instabilidade e muita violência.

Não se trata de "nacionalismo" ou xenofobia; os que pensam diferente – ou melhor, pensam – não são dinossauros, como nos qualificaram. Temos, sim, profundas preocupações sociais e conhecemos um pouco da História, deste País e do mundo.

A política econômica brasilei-

ra se tornou totalmente passiva; os efeitos da utilização dos instrumentos convencionais são cada vez menores, e podem até provocar reações antagônicas às previstas.

Veja-se, por exemplo, a recente elevação das taxas de juros. Estamos a níveis absolutamente irracionais. Mesmo supondo que tais medidas neutralizassem qualquer – suposto ou não – ataque especulativo, seria de indagar-se: quantas vezes mais teremos de agir da mesma forma? E – o que é pior – a elevação das taxas contribui efetivamente para manter ou atrair capitais? Ou será ineficaz, trazendo mais sacrifícios, inúteis? (Será que o nível atual das taxas não sinaliza justamente para a quebra?)

Por outro lado, quando se adotam medidas tais como novos cortes orçamentários, que fatias são essas, do orçamento, que estão sendo cortadas, a quem deixam de beneficiar? Não se estará reduzindo ou comprometendo a capacidade do Estado de atender os que mais dependem das verbas de custeio e do investimento públicos (isto é, que não podem pagar plano de saúde, mandam os filhos à escola pública, utilizam transporte coletivo etc.)?

Mesmo que os capitais voltem, quantas vezes mais eles farão o percurso de ida e volta?

Paralelamente, fala-se novamente, com insistência, em reforma tributária (ou ajuste fiscal). Mas de nada adianta o País continuar a produzir superávits primários para aumentar a margem de financiamento do serviço da dívida, que quintuplicou só neste governo. Aliás, os ajustes fiscais anteriores só ajudam a reforçar a tese de que a carga também sempre recai sobre os ombros dos que já pagam a conta: principalmente assalariados, classe média urbana, trabalhadores do mercado formal, e assim por diante.

Em outras palavras, o volume adicional de recursos requeridos para pagar a conta não pode ser suprido com reforma tributária ou mesmo fiscal (a não ser que se



queira comprimir mais ainda emprego e salário de servidor, ou mudar as regras do jogo de quem trabalhou a vida inteira na expectativa de determinados benefícios previdenciários e agora está sendo responsabilizado pelos desmandos de décadas de imprevidência).

Infelizmente, parece que estamos caminhando inexoravelmente para uma nova moratória da dívida. Os economistas de plantão não querem nem ouvir falar de moratória da dívida externa (no que estão até contra o Papa). Quanto à dívida interna, neste último ano, já nos aplicaram dois "confiscos" não declarados ou bem percebidos (afinal, a quem reclamar, não é mesmo?) O certo é que de pouco adianta ostentar volumes enormes de reservas externas, que, na hora do aperto, não nos servem para nada, exceto para aumentar a taxa de juros. Pois é exatamente esse volume monumental de reservas que condiciona nossa política monetária, que provoca a emissão adicional – o aumento do endividamento – de mais de R\$ 68 bilhões, através de Medida Provisória editada há poucos dias.

Parece que muitas pessoas não estão percebendo que nosso problema não é de estoque de reservas, mas, essencialmente, de fluxo. Afinal, se nosso déficit em conta corrente se situa entre US\$ 30 e US\$ 35 bilhões, somos forçados a buscar o ingresso desse valor todos os anos. E, como a necessidade é premente, aceitamos qualquer coisa, sem condições de prazo e nas melhores condições de remuneração e tributação. As autoridades alegavam, há algumas semanas, que o capital "especulativo" representava um pequeno percentual das reservas. Parece que os fatos as desmentiram mais uma vez. Aliás, alguém acredita, de sua consciência, nos dados e informações fornecidos pelo governo (a respeito de qualquer coisa)? É por isso que o Brasil se transformou no maior cassino do mundo, embora o jogo continue formalmente proibido.

De outra parte, é também pre-

ciso ter a coragem de admitir que precisamos agir urgentemente sobre vários itens de nossa balança de pagamentos, cuja precariedade a abertura escancarada deixou exposta. Expor-se à concorrência e regular preços é bem diferente de importar bugigangas, bens de consumo em geral, supérfluos de toda a ordem, que os abastados adoram adquirir. (Os "acordos" internacionais nos tornaram escravos.) Nosso déficit nas contas de fretes e seguros, por outro lado, revelam a desatenção e a subserviência com que tratamos esses dois itens nas últimas décadas. A liberalidade na remessa de lucros, royalties e assistência técnica também atesta nossa fraqueza, nossa subordinação. E, quanto ao pagamento da dívida, os credores não têm do que se queixar: os "acordos" consolidaram as relações neocoloniais entre centro e periferia. (Por isso, ninguém se queixa; todos elogiam nossas medidas de aperto. Enquanto mantivermos o fluxo de moeda forte para o exterior, ou seja, enquanto formos bonzinhos, estaremos fazendo a lição de casa.)

Não só a solução tributária – ou mesmo fiscal – se esgota. Também as privatizações. Entregamos o patrimônio para pagar alguns meses de juros. Ficamos com a dívida e sem o patrimônio.

O modelo tem de ser revisto, sim. A forma de conduzir a política econômica, também. O modo de governar, muito mais. Não é mais factível manter-se esta promiscuidade de relações entre o Executivo e o Legislativo, e entre o Executivo central e os Estados e Municípios. A reforma política deveria ter sido o começo de tudo. Infelizmente, estamos caminhando para reeleger as mesmas velhas oligarquias, de norte a sul do País. O poder econômico e a influência massacrante da mídia e dos institutos de pesquisa já escolheram o nosso futuro. Temos pouco tempo. Mas, talvez, a chamada elite, inconsciente e insensível, tenha muito menos ainda do que imagina. Sob pena de, em troca da eliminação das fronteiras externas, construirmos fortalezas internas cada vez mais inexpugnáveis.

*Presidente do CORECON-DF